

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de julho de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Bira Corôa, Bobô, Diego Coronel, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Luiz Augusto, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Rangel Lula da Silva, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosenberg Lula Pinto, Samuel Júnior, Tiago Correia, Tum, Zé Raimundo Lula e Zó.(35)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 24.524/2022, de procedência do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.535/2022, de procedência do Poder Executivo, autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder – a doar ao estado da Bahia o domínio útil do terreno foreiro à Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, na forma que indica; Projeto de Lei nº 24.536/2022, do Poder Executivo, autoriza a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder – a doar o domínio útil do terreno foreiro ao estado da Bahia, na forma que indica; Projeto de Lei nº 24.543/2022, do Poder Executivo, altera a Lei nº 14.258, de 13 de abril de 2020, na forma que indica. (Modular a obrigatoriedade do uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos e privados.); Projeto de Lei nº 24.547/2022, do Poder Executivo, altera a Lei nº 14.169, de 4 de outubro de 2019, na forma que indica, e dá outras providências. (Altera a composição do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – Conesp; Projeto de Lei nº 24.549/2022, institui o Programa Consórcios Municipais da Bahia - Programa Consórcio Bahia, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.562/2022, dispõe sobre a pensão militar, no âmbito do estado da Bahia, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 24.564/2022, altera a Lei nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015, na forma que indica, e dá outras providências (Institui o Regime de Previdência Complementar, no

âmbito do estado da Bahia, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões); Projeto de Lei nº 24.572/2022, do Poder Executivo, altera a estrutura de cargos em comissão da Secretaria da Fazenda – Sefaz, na forma que indica, e dá outras providências.

Então, Srs. Deputados, nós temos aqui um, dois... nove projetos sobrestando a pauta.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o líder do Psol para falar ou indicar o orador pelo tempo 2 minutos.

Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, imprensa que nos acompanha. Ocupamos esta tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, para tratar de direitos da classe trabalhadora, especialmente de servidores públicos. Eu quero começar tratando de um problema dos aposentados, das aposentadas do nosso Judiciário estadual. Existe toda uma expectativa em relação à aprovação por esta Casa do Projeto de Lei nº 23.725/2020, que faz a extensão do auxílio saúde para aposentados do Judiciário estadual. Nós queremos marcar aqui que esse tem sido um segmento extremamente sofrido do funcionalismo público. Mais uma vez, nós tivemos um nível de reajuste muito baixo, depois de muito tempo, para o conjunto do serviço público, mas para eles o reajuste do valor do Planserv praticamente aniquilou essa alteração salarial da remuneração desses trabalhadores e trabalhadoras que precisam ser respeitados. Por isso, Sr. Presidente, é preciso que o projeto tramite nesta Casa. Ele está, hoje, na Comissão de Educação. Nós estamos nos dispondo, inclusive, a relatar esse projeto dada a sua importância. Que também o Executivo se abra para discutir com a categoria de maneira definitiva, fechando o acordo que pode fazer com que esse projeto seja votado e, minimamente, tenhamos esses servidores respeitados em sua trajetória depois de tanta contribuição que deram para o estado da Bahia. Além disso, Sr. Presidente, quero pautar duas situações referentes à situação do município de Salvador. A primeira, são os agentes de saúde e combate a endemias, que tiveram, no último período, a aprovação de uma emenda constitucional que cravou a remuneração mínima da categoria, o salário base, como dois salários mínimos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e ficou sob a responsabilidade do município, obviamente, efetivar isso, já que são servidores municipais. Pasmem! Apesar da lei proteger as gratificações e avanços da categoria, o prefeito Bruno Reis, depois de aprovado o salário base nacional de dois salários mínimos, sentou à mesa de negociação para fazer uma proposta

absolutamente indecorosa à categoria, que foi a de, simplesmente, suspender as gratificações e avanços dos agentes de saúde e combate a endemias, o que praticamente anularia a vitória que eles tiveram nacionalmente, volto a dizer, marcando a própria Constituição do país. Essa é uma proposta inaceitável. O Executivo do município precisa se abrir. A Câmara de Vereadores aprovou por unanimidade o reforço do direito que já está aprovado, já tinha sido aprovado no PL, não é? Aprovou por unanimidade o reforço, a garantia desses direitos à categoria, e agora o prefeito Bruno Reis está ameaçando vetar o artigo dessa garantia e não senta para negociar com a categoria, vai perdendo tempo em relação à situação que, ao nosso ver, é inflexível. Prefeito Bruno Reis, respeite os trabalhadores da saúde do município, pague o piso definido nacionalmente, hoje, marcando a Constituição e a legislação municipal também. E, por fim, Sr. Presidente, queria, aqui, também marcar o nosso protesto em relação ao avanço da mudança de nível, perdão, à bandeira da mudança de nível dos educadores e das educadoras do município de Salvador, um conjunto de profissionais, ao nosso ver, com indícios, inclusive, de ilegalidades porque eles têm uma trajetória mais longa do que profissionais que receberam o avanço de nível. Esses profissionais vinham há anos lutando para que o seu direito seja respeitado e finalmente, depois de um movimento espetacular no município de Salvador em defesa da educação, em que um conjunto de bandeiras foi colocado, de alguma forma se impôs a vitória da educação municipal, por exemplo, em relação à educação de jovens e adultos no município de Salvador. Também dentro desse programa mínimo discutido com a prefeitura estava o respeito à mudança de nível desses trabalhadores que tinham, simplesmente, ficado para trás sem qualquer explicação do prefeito Bruno Reis e de seu secretário da Educação. E agora a prefeitura está dizendo que não vai pagar o retroativo a esses profissionais. Isso, para nós, é inaceitável. Como é que a prefeitura reconhece e, a partir de agora, esses profissionais vão receber no contracheque a mudança de nível, mas o retroativo não faz parte disso. É como se a prefeitura de Salvador vivesse à margem da lei. Existe uma legislação, existe o Judiciário, mas a prefeitura simplesmente rasga a legislação e diz que não vai respeitar o direito desses trabalhadores e trabalhadoras.

Então, nós queremos, aqui, marcar o nosso protesto e dizer ao prefeito Bruno Reis que esse é o sinal que eles estão dando à Bahia, que é dessa forma, tratando a Educação e a Saúde, que esse grupo quer governar a Bahia. Para nós, isso daí é inconcebível, e obriga o prefeito Bruno Reis a se sentar e conversar com a categoria, fazer um acordo digno e pagar, de fato, tanto o que é de direito para os trabalhadores da saúde como para as educadoras e educadores do município de Salvador relacionado à questão da mudança de nível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana. V. Ex.^a tinha pedido um tempo.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu venho a esta tribuna para, aqui, saudar, celebrar o Julho das Pretas, este mês que é tão

simbólico para as mulheres negras latino-americanas e caribenhas. Realizamos ontem uma importante audiência pública das mulheres pescadoras e marisqueiras, as mulheres das águas, dos mares e dos rios, que vieram a esta Casa, presidente, gritar por justiça, lutar contra o racismo ambiental, pedir providências enérgicas do Inema, do Ministério Público estadual, também federal, no que diz respeito ao avanço das mineradoras, as grandes empresas que jogam dejetos no mar e que têm prejudicado tanto a atividade da pesca e a atividade da mariscagem. Portanto, esta Casa tem a responsabilidade no que diz respeito a acolher essas pautas, legislar em favor delas e também articular com o Executivo para que a gente possa ter a devida segurança no trabalho, a dignidade, o atendimento à saúde dessas mulheres marisqueiras. Felizmente, a secretária Márcia já se dispõe a recebê-las, para que a gente possa, de fato, traçar uma política mais eficiente de atendimento, de acompanhamento dessas mulheres da mariscagem, dessas companheiras das águas.

Hoje também realizamos uma segunda audiência pública da Comissão dos Direitos das Mulheres, com a participação da nossa mestra Rosane Borges, que deu, aqui, uma grande aula sobre a necessidade da representação política das mulheres negras nos ambientes, nos espaços de poder, nos espaços de decisão.

Portanto, neste ano que é tão importante, um ano eleitoral, um ano em que o Brasil vai às urnas, nós temos que assegurar a democracia, a democracia contra a truculência do atual presidente da República e do seu séquito de violentos, que não conseguem conviver com pessoas que pensam diferente.

Eles resolvem querer substituir o necessário debate das ideias pela ação da violência, como foi o brutal assassinato, no dia do seu aniversário, do tesoureiro do PT, o Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu. Sempre relembro aquele caso triste e lamentável do assassinato do mestre Moa, também assassinado por um fanático bolsonarista, aqui, em Salvador, com 12 facadas.

Não podemos permitir que este clima de beligerância e de violência política letal prevaleça na disputa eleitoral. Não é possível garantir a democracia com a violação de direitos, muito menos com o extermínio das pessoas por conta de divergências políticas.

Nós, também, entendemos que, para o bem da democracia, é fundamental a eleição de mais mulheres. Devemos eleger mulheres, mulheres negras, mulheres indígenas, pois essas pessoas estão e são parte da natureza do Brasil, são parte da população do povo brasileiro. Mas elas, as mulheres, não têm a oportunidade de se verem representadas nas estruturas de poder, seja no Parlamento, seja Poder Executivo.

Por isso, este debate, durante o Julho das Pretas, é fundamental. Não há República, não há democracia com racismo e com desigualdade de gênero. Também, as pessoas do movimento LGBTQIA+ fazem e já ocuparam, inclusive, esta Casa para lutar e exigir direitos mínimos, pois, muitas vezes, são surrupiados, porque o equilíbrio, que deveria existir no exercício da democracia, não existe no equilíbrio de representação política.

Saio deste tema para entrar num outro tema igualmente importante, vereador Rosenberg, melhor, deputado Rosenberg e colegas participantes desta Casa. Quero

fazer um apelo. Tenho acompanhado através da Comissão de Educação. Participei da audiência com o secretário da Educação, Danilo. Quero dizer que é fundamental dar celeridade ao projeto que regulamenta os precatórios da educação. É um projeto fundamental chegar a esta Casa para ser votado e aprovado, para que esse recurso, são mais de R\$ 3,9 bilhões que já estão na conta do governo...

Na verdade, o governo federal deve dinheiro ao governo do estado da Bahia. Com muita competência, a PGE (Procuradoria Geral do Estado da Bahia) – mando um abraço ao nosso procurador Paulo Moreno – conseguiu estabelecer, através da equipe da Secretaria da Educação, o montante de R\$ 12 bilhões que a União deve à Bahia. E esse dinheiro, 60% desses precatórios da Educação têm de ser destinados à valorização das professoras e dos professores.

Portanto, nós queremos que esse PL possa chegar o mais rápido possível, porque a educação tem pressa; as professoras e os professores têm pressa. A Aplb Sindicato e a Aceb têm feito uma luta, quando muitos nem acreditavam que pudesse acontecer.

Eu quero mandar um abraço para toda equipe da Aplb Sindicato, também para a Aceb; um abraço pra Marinalva, um abraço pra Rui Oliveira, para Marilene Betros, que fazem parte da Aplb Sindicato, e todas as organizações da educação que se unem em defesa do pagamento dos precatórios da educação.

Não há nenhuma surpresa quanto à forma como prefeito Bruno Reis tem tratado os agentes comunitários de saúde, tem tratado as assistentes sociais, as psicólogas que, no seu processo de mobilização em defesa do piso salarial das assistentes sociais, em defesa do piso salarial das psicólogas, acabou em violência, em uma atitude de assédio moral contra essas trabalhadoras, porque é assim que a prefeitura trata os seus servidores públicos.

Então, nesse sentido, eu quero declarar o meu apoio total à mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras nas áreas de psicologia, assistência social, agentes comunitários de saúde. Todos eles lutaram, historicamente, pela garantia do piso salarial.

A prefeitura precisa olhar, cuidar e respeitar esse segmento, essa categoria, pois eles são fundamentais para a garantia da saúde pública.

Nós não podemos ter uma simulação de que há política de assistência à saúde de Salvador. A atenção básica em nossa cidade está, extremamente, precária.

À época em que era vereadora, eu, sempre, estive ao lado desses profissionais; sempre participei das assembleias. Participei, também, das mudanças importantes na estrutura do estatuto desses profissionais: agentes comunitários de saúde e agentes de endemias.

Portanto, a prefeitura de Salvador deve isso a esses profissionais. Isso são as garantias da valorização e reposição salariais, como o pagamento do piso. Isso é, de fato, a garantia da valorização dos profissionais que possam estar nas ruas, descer ao gueto, a pirambeira...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) para ir fazer o seu trabalho que é indispensável para a elevação das condições de vida da população de Salvador.

Associo-me à fala do nosso deputado Hilton.

Quero, portanto, celebrar, também, as vitórias da rede estadual na luta pelos precatórios. Esperamos que esse projeto chegue o mais rápido possível, porque nós precisamos votá-lo e aprová-lo.

Portanto, eu finalizo a minha fala dizendo à prefeitura que pague o que deve aos servidores da área da educação, também.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhores da comunicação e da imprensa, visitantes e servidores desta Casa.

Presidente, primeiro utilizo da palavra, na tarde de hoje, para reafirmar a importância das celebrações do mês de julho. Nós enfrentamos, no mês de julho, um mês de luta, da resistência negra no estado mais negro fora da África e, consequentemente, na capital mais negra também fora da África.

No Brasil, nós celebramos o 25 de julho exatamente como o dia de celebração das mulheres negras ou afro-brasileiras e caribenhas, das mulheres negras especialmente. E esta Casa realizou, como muito bem foi citada pela deputada Olívia, uma audiência pública para retratar esta data e a importância desta luta nesta Casa e, por consequência, na Bahia, reafirmando a importância e o espaço de direito e o dever de ocupação pelas mulheres negras do nosso estado e na nossa capital.

Assim também, Sr. Presidente, no dia de ontem, eu tive a grande felicidade de participar de um grande ato em Feira de Santana, onde reuniram-se centenas de comunidades negras, quilombolas para... Deputada Olívia, gostaria de parabenizá-la pela celebração importante desta Casa ao retratar a presença da mulher, da mulher baiana, da mulher negra, afro-brasileira e caribenha. Quero também destacar que no dia de ontem, em Feira de Santana, no Sindicato Rural de Feira de Santana, foi feito um ato da maior grandeza que a gente possa colocar, em que as comunidades quilombolas do nosso estado entregaram uma carta de intenção de proposição para ser incorporada ao plano de governo do próximo governador, Jerônimo Rodrigues, reafirmando políticas reparatórias para os povos tradicionais, em especial os povos quilombolas.

Ação importante que também já foi realizada pelos povos indígenas do nosso estado. E no dia de ontem, hoje e amanhã, no IAT (Instituto Anísio Teixeira), está sendo realizado um grande seminário e encontro dos povos e comunidades tradicionais, reafirmando não apenas a negritude, mas a capacidade e a força da luta, não apenas a resistência que nos trouxe até aqui, mas agora sim o processo de participar na construção na condição de protagonistas da nossa própria história.

Nós não nos permitimos mais, deputada Olívia, não nos permitimos mais, deputado Rosemberg, aceitarmos que alguém escreva a nossa própria história e esse alguém que vem escrevendo a nossa história até aqui são os algozes. São aqueles que nos exploraram até aqui, são aqueles que se beneficiaram exatamente do expurgo, do isolamento e da discriminação implementada sobre os povos e comunidades tradicionais, em especial nós, negros, indígenas, entre outros que eu poderia estar aqui listando.

Mas é importante este momento, um momento de debate, de discussão, de formulação da política e do desenhar da nossa participação, reeditando a nossa própria história, incluindo nos anais da história deste estado e, por consequência, deste nosso país, a nossa presença negra. Chega de a gente celebrar o mês de julho, a partir do dia 2 de julho com o ato da Independência da Bahia, que, consequentemente, reafirmou a Independência do Brasil, e a gente não ter lá a nossa cara negra, a nossa presença indígena em todo um processo de debate e discussão.

Entendemos, compreendemos e reafirmamos que a Bahia destaca os caboclos no processo de celebração, mas ainda não retrata lá Maria Filipa, ainda não retrata inúmeras figuras que deram contribuições estratégicas importantes e determinantes para hoje estarmos falando em liberdade, e hoje estarmos discutindo uma sociedade mais democrática, mais participativa, mais inclusiva. Por isso o mês de julho é, sem dúvida alguma, um mês estratégico para as nossas lutas.

Nós atravessamos 2 anos de pandemia durante os quais tivemos muitas dificuldades de realizar as atividades celebrativas deste mês, como também as ações identitárias do nosso povo. Este ano a gente consegue ir às ruas, a gente consegue fazer as manifestações, a gente está conseguindo reunir o nosso povo e se realinhar. E que bom que este ano é também um ano eleitoral porque é o ano em que os candidatos ao governo, através das suas entidades partidárias, estão condicionando a elaboração dos planos de governo. Sei que estamos em um momento de debate e discussão muito intensa. A política no nosso país está nos levando a uma polarização. Nós temos, de um lado, os que defendem a democracia, a afirmação, a integridade e a inclusão e, de outro lado, os que defendem um governo autoritário, excludente e discriminador capitaneado pelo presidente da República, esse traste cujo nome a gente prefere não citar, mas que insiste em ações as mais ridículas possíveis, amparado por um Congresso e, consequentemente, por um setor do Judiciário. A gente tem assistido a todas as manobras realizadas para maquiar a malvadeza que ele tem implementado na estrutura do povo brasileiro, na concepção de assegurar a sua continuidade. Mas o povo brasileiro está muito atento. Não é à toa que a sociedade brasileira em todos os cantos deste país tem manifestado a sua indignação, sua insatisfação. Não existe hoje, deputada Olívia, um show em qualquer palco deste país em que a sociedade não se levante, contrária a esse governo nefasto que aí está. Não há um movimento popular em que as pessoas não se manifestem. Já é quase um rito a gente passar e as pessoas levantarem o dedo fazendo o sinal de Lula. E isso é, sem dúvida nenhuma, a manifestação popular. E as pesquisas já não podem mais esconder a vontade do povo como eles fizeram em outros momentos. As pesquisas não podem mais esconder e eles tentam segurar, maquiar, conduzir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a interpretação a seu favor, mas o povo está lá resistindo para dizer que quer mudanças no dia 2 de outubro. Na Bahia a gente tem vivenciado ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA: (...) um processo de construção e de condução da sociedade também reafirmando o melhor momento que vive a Bahia, sob a condução do governador Rui Costa que, sucedeu as boas gestões do governo Wagner, e agora, sem dúvida nenhuma, o povo baiano tem se manifestado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. BIRA CORÔA: (...) crescentemente pela continuidade desse processo, e eu não tenho dúvida, com a condução de Jerônimo Rodrigues.

Então, nós não podemos vacilar nesse processo, nós precisamos eleger Lula, eleger Jerônimo, mas fazer um Congresso comprometido com a sociedade brasileira, comprometido com os movimentos sociais e trabalhistas deste país, para garantir que a classe trabalhadora e a sociedade civil, de fato, sejam representadas no Congresso Nacional.

E aqui nesta Casa, Olívia, não é diferente, nós precisamos também, para dar sustentação ao governo de Jerônimo e à continuidade do bom momento que vive a Bahia, nós precisamos eleger deputados e deputadas comprometidos com os interesses e com o programa e o projeto de inclusão da sociedade baiana.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Tiago Correia: Sou eu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Oh! Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É o deputado Tiago, depois eu...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) Porque são todos do mesmo partido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós somos todos parceiros.

O Sr. TIAGO CORREIA: O nosso partido é a Bahia, presidente, essa parceria. Mas eu queria começar...

Sr. Presidente, só para registrar, eu falarei pelo tempo de 5 minutos, e abriremos mão dos demais tempos.

Mas, Sr. Presidente, boa tarde a todos os colegas, a todos os amigos e também aos colegas que nos acompanham de maneira remota, boa tarde a todos os amigos da imprensa, servidores desta Casa, Sr. Presidente, venho a esta tribuna, hoje, parabenizar dois conterrâneos de Vitória da Conquista, contemporâneos meus do Colégio Sacramentinas, Rodrigo Nogueira e Rogério Nogueira, internacionalmente conhecidos

como Minotauro e Minotouro. Eles fizeram história na luta pelo mundo afora e iniciaram um projeto em nossa cidade natal, Vitória da Conquista, um projeto chamado Esporte Além da Fronteira, que vai atender 1.400 jovens da nossa cidade, socializando crianças, mudando a vida dessas pessoas através do esporte.

Nesta semana, em uma parceria com a prefeita Sheila Lemos, que tem feito uma excelente gestão em nossa cidade, reconhecida em toda a região, eles lançaram o primeiro núcleo desse projeto, que vai atender 200 crianças, e eu não poderia deixar de saudá-los por essa iniciativa, reconhecendo que o esporte pode, sim, mudar as vidas dessas crianças. E queria aqui deixar o meu abraço e os parabéns aos dois e ao seu pai, Dr. Hamilton Nogueira, que contribui muito para a projeção do nosso país mundo afora e agora vem, mais uma vez, contribuindo para a nossa cidade de Vitória da Conquista, socializando esses jovens e mudando o destino deles.

Então, são essas palavras que eu trago hoje, Sr. Presidente, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidoras, servidores, imprensa, visitantes, os nossos telespectadores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, presidente, hoje, pela manhã, recebi aqui um número significativo de representantes das associações dos policiais militares, recebi algumas pensionistas de policiais militares, algumas viúvas que ainda não são pensionistas, porque nós não aprovamos uma lei na Casa Legislativa da Bahia.

Esse projeto, ele está tramitando aqui, na Casa, e não conseguimos votá-lo ainda por conta de uma interpretação diferenciada que algumas pessoas fazem. Na realidade, esse projeto, deputado Tiago Correia, prevê a adequação da legislação federal à legislação estadual naquilo que diz respeito às normas de paridade definidas para dizer sobre a integralidade e dizer quem são os beneficiários e a forma do seu pagamento.

Há uma reivindicação dos policiais militares para que as pensões sejam alteradas em função da tabela da lei que nós aprovamos nesta Casa em 2015. No entendimento da Procuradoria Geral do Estado, não é obrigação fazer essa alteração à luz da legislação federal, além do que, para a aplicação das pensões a partir do dia 1º de janeiro, é preciso que tenha uma lei atualizada que não pode, porque a própria lei geral exige, não pode seguir as leis estaduais antigas.

Então, nós geramos esse impasse, e eu estou muito preocupado com 164 pensões que necessitam ser aprovadas, as pensionistas têm nos cobrado bastante, e eu sugeri que, amanhã, o procurador geral do estado receba algumas representações desse segmento para compreender e ajustar as interpretações e, além do mais, uma reunião também com o líder da Minoria.

Deverá estar como líder da Minoria o deputado Tiago Correia, será uma reunião junto com a Presidência da Casa no sentido de entender essas questões para buscar uma solução, deputado Tiago, e garantir o pagamento dessas pensionistas. Algumas delas,

desde janeiro, precisam receber as suas pensões, e não pode ficar na responsabilidade desta Casa essa questão do não pagamento das pensões.

Por isso que eu acho que amanhã nós temos que encontrar um caminho. O projeto que tramita não traz prejuízo, e, na realidade, a reivindicação dos policiais militares, não quero entrar no mérito dela, é a de que haja vitaliciedade para as novas pensões porque a lei estadual não funciona assim. Mas o projeto de lei, na realidade, atualiza, inclusive, as pensões para que elas tenham integralidade, ou seja, ao invés de ter proporcionalidade no valor, que ela receba integralmente o valor que o policial recebia em vida.

Então eu espero que a gente consiga, amanhã, chegar a um denominador comum para que a gente possa votar os projetos aqui na Casa.

E, aproveitando, eu queria pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Antes que a sessão caia, eu queria fazer uma reflexão com esta Casa, principalmente com V. Ex.^a, Sr. Presidente. Será que V. Ex.^a já não acredita que as sessões devam ser presenciais, a partir de agora? Porque, nesse momento em que elas foram virtuais, híbridas, eu entendo que era o momento em que nós passávamos por uma pandemia. Isso é opinião minha, opinião pessoal minha. É o que eu defenderei, porque eu acho que esta Casa precisa retornar às suas atividades de forma presencial. Essa é uma opinião minha, ainda não discuti isso com a bancada, mas eu acho que não há mais motivo nenhum para que as sessões... não há motivo sanitário, não há motivo de vigilância sanitária, não há motivo para que esta Casa não possa retornar às sessões de forma totalmente presencial.

Inclusive, na votação desses projetos, acaba dificultando o trabalho da Oposição porque, numa verificação de quórum, se tiver sido presencialmente é de uma forma, mas o cara vai estar em Xique-Xique, vai estar em Vitória da Conquista, vai estar em Santo Antônio de Jesus, o deputado ou a deputada, dando presença e não participando nem se dedicando. Essa é a minha opinião, é o que eu acredito e é o que eu defendo. Eu acho que as sessões devem voltar a ser presenciais e não mais híbridas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, irei levar a sugestão para a reunião da Mesa Diretora.

Srs. Deputados, visivelmente, não existe quórum de votação...

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, por gentileza.

O deputado Zé Raimundo solicitou que nós pudéssemos apreciar um projeto de lei que já está pacificado na comissão de divisão territorial. Como hoje foi impossível, eu gostaria, deputado Tiago, de pedir que amanhã, nesta reunião, nós apreciássemos essa questão, porque se houver acordo, que possamos votar por acordo, também, esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, em conversa... Esta é uma casa do diálogo, a gente sabe. Estamos a 2 meses e pouco das eleições e, conversando com o deputado Alan, com o deputado Tiago Correia e com o deputado Rosemberg, marcamos uma reunião para amanhã, às 10 horas da manhã ou 10h30min, e, possivelmente, teremos convocação... Deputado Alan... possivelmente, teremos convocação para amanhã, às 14 horas, para votarmos projetos que não foram possíveis...

Então, retificando, a reunião será às 9 horas e convocarei a sessão para amanhã, às 11 horas da manhã, já que à tarde tem sessão especial.

Então esta Casa funciona com diálogo. Hoje não foi possível a votação, mas amanhã, possivelmente, a gente vota alguns projetos que estão sobrestando a pauta.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Júnior, Capitão Alden, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leo Prates, Luciano Simões Filho, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Mirela Macedo, Paulo Câmara, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tom Araújo e Vitor Bonfim.(28)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.